

TERMO DE REFERÊNCIA

PAE nº 2025/3362622

O QUE SERÁ CONTRATADO?						
Lote*	Item	Descrição	Und	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
1	1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial, a serem executados de forma contínua, com cessão de mão de obra e de todos os equipamentos necessários, de acordo com a necessidade do Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS.	Mensal	12	Valor sigiloso*	

JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES*
<p><i>O agrupamento dos postos de vigilância diurna e noturna em lote único justifica-se por razões técnicas, operacionais e econômicas, mostrando-se a solução mais adequada ao interesse público. O serviço de vigilância patrimonial possui natureza contínua e integrada, exigindo padronização de procedimentos, rotinas operacionais, comunicação e comando, o que é melhor assegurado quando a execução ocorre por uma única empresa, evitando descontinuidade, sobreposição de responsabilidades ou falhas na cobertura entre os turnos.</i></p> <p><i>Além disso, a contratação unificada facilita a gestão e a fiscalização contratual, permitindo maior controle sobre escalas, substituições, cumprimento das obrigações trabalhistas e apuração de eventuais responsabilidades, reduzindo riscos administrativos e operacionais. Do ponto de vista econômico, o lote único possibilita a obtenção de economia de escala, uma vez que custos fixos relacionados à supervisão, administração, treinamentos, uniformes e logística podem ser diluídos, refletindo em maior competitividade e melhores preços para a Administração.</i></p> <p><i>Ressalta-se, ainda, que a divisão dos turnos entre empresas distintas pode gerar dificuldades na coordenação operacional, especialmente nos períodos de transição entre o serviço diurno e noturno, aumentando o risco de falhas na vigilância e de conflitos quanto à responsabilidade por ocorrências. Por fim, o agrupamento não compromete a competitividade do certame, uma vez que o mercado dispõe de empresas com capacidade técnica e operacional para executar simultaneamente postos de vigilância diurnos e noturnos, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e do interesse público, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.</i></p>

* A contratação por lote sempre deve ser justificada no campo acima. Se a licitação for apenas por item, a coluna e o campo devem ser excluídos.

** O valor estimado está previsto no estudo técnico preliminar, mas ele pode ser *sigiloso*. Caso seja *sigiloso*, no campo “O orçamento estimado é sigiloso?” deverá ser preenchida a justificativa.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	A contratação dos serviços de vigilância diurna e noturna justifica-se pela necessidade de garantir a segurança patrimonial, a integridade física de servidores, usuários e visitantes, bem como a proteção de bens, documentos e instalações públicas, de forma contínua e ininterrupta, prevenindo riscos de furtos, depredações, invasões e outras ocorrências que possam comprometer o regular funcionamento das atividades institucionais e a continuidade dos serviços públicos prestados pela Administração.
NATUREZA E GARANTIA DO SERVIÇO	
NATUREZA	Serviço comum de natureza continuada.
HAVERÁ GARANTIA DO SERVIÇO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado deverá prestar garantia pelos serviços prestados durante toda a vigência contratual. <input type="checkbox"/> Não.
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, Y, da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação em razão do valor* , com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica. <input type="checkbox"/> Dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, Y, da Lei Federal nº 14.133/21. <input checked="" type="checkbox"/> Pregão Eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> Menor preço. <input type="checkbox"/> Maior desconto.
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim. Justificativa: <input type="checkbox"/> Não.

CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	<p>A proposta deve observar os valores unitários e global máximos aceitáveis conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado*.</p> <p>* Se o orçamento estimado for <i>sigiloso</i>, o licitante não saberá os valores unitários e global máximos, razão pela qual o critério de aceitabilidade do preço também será considerado “<i>sigiloso</i>” para todos os fins.</p>	
HÁ ITENS COM PREFERÊNCIA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE?	<div> <input type="checkbox"/> Sim. Indicar os itens: <i>(Indicar os itens)</i>. </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Não. </div>	
REQUISITOS DA CONTRATADA		
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	<div> <input checked="" type="checkbox"/> Sim. Qual? </div>	<p><i>Será exigida comprovação de aptidão técnica, mediante apresentação de atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que demonstrem que a licitante já executou ou executa, de forma satisfatória, serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, com características semelhantes ao objeto desta contratação.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>O atestado deverá conter, no mínimo a descrição dos serviços prestados (vigilantes armados e/ou desarmados), indicação clara da quantidade de postos ou profissionais alocados, local e período de execução dos serviços, identificação da contratante emitente (com nome, CNPJ, assinatura e contato para verificação, se necessário) e declaração de que os serviços foram prestados com qualidade satisfatória.</i> <i>Comprovação de experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, de acordo com o disposto no Art. 67, § 5º da Lei 14.133/2021 com prestação de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados no LOTE em que concorre, anterior na execução de serviços semelhantes aos que serão contratados, com a apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que confirmem a execução de serviços com qualidade, prazos e eficiência.</i> <i>Comprovação de que a empresa possui a estrutura necessária (equipamentos, pessoal capacitado, logística) para a execução dos serviços de forma contínua e com dedicação exclusiva de mão de obra. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa</i>

	<p><i>situaçãoequivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação nos termos da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME n° 98/2022.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>• O licitante disponibilizará todas informações necessárias à comprovação as da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.</i> <i>• Autorização ou revisão de funcionamento expedida pelo Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal, nos termos da Portaria DPF Nº 18.045, de 17/04/2023, das Leis Federais nº 14.967/2024 e Decreto nº 89.056, de 24/11/83, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10/08/95 e alterações posteriores;</i> <i>• Certificado de Segurança, expedido pelo Departamento de Policia Federal, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045, de 17 de abril de 2023, ou outras em sua substituição;</i> <i>• Autorização para compra de arma de fogo (revólver calibre 38) e Munições, e Porte para uso dos vigilantes, expedida pelo Ministério da Justiça, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045, de 17 de abril de 2023, em quantidade compatível a 50% (cinquenta por cento) do objeto da contratação;</i> <i>• Autorização para compra de armas não letais, e porte, para uso dos vigilantes, expedida pelo Ministério da Justiça, conforme Portaria DG/PF Nº 18.045, de 17 de abril de 2023, do Ministério da Justiça em quantidade equivalente e compatível a 50% (cinquenta por cento) do total de postos nessa condição;</i> <i>• Autorização para aquisição de coletes balísticos, expedida pelo Departamento de Polícia Federal, conforme disposto na Portaria DG/PF Nº 18.045, de 17 de abril de 2023, em número suficiente para atender a demanda contratual;</i> <i>• Declaração fornecida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública, do Estado do Pará, nos termos do Art.40 §1º da Lei Federal nº 14.967/2024, juntamente com a Certidão de Cumprimento de Comunicação emitida pela Polícia Civil do Estado do Pará – DPA-SAME, de acordo a Lei Federal nº 14.967/2024 e Decreto nº 89.056/83 em seu art. 38;</i> <i>• Apresentar Autorização de funcionamento de Estações Portáteis de Sistema de Rádio de Comunicação,</i>
--	--

	<p><i>emitida pela ANATEL, conforme Portaria nº 3233/MJ-DPF/2012 alterada pela Portaria nº 18045/MJ-DPF/2023, válida, bem como o comprovante de pagamento da taxa de fiscalização do respectivo exercício.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <i>A fim de garantir a segurança na contratação, a Administração poderá solicitar a comprovação dos custos dos insumos (materiais, equipamentos, EPI's, etc.), por meio da apresentação de NF's de compra ou orçamentos atualizados à menos de 03 (três) meses da licitação. Verificada a disparidade entre o valor informado e o orçado, a licitante será inabilitada.</i> <p><i>Averiguação da expertise da empresa a ser contratado. Relativo grau de segurança da Administração quanto ao atingimento dos seus objetivos.</i></p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual.</p> <p>Justificativa: <i>Garantir que a empresa contratada tenha pleno entendimento das condições, exigências e obrigações contratuais</i></p> <p><i>Exige-se o registro da empresa e dos profissionais responsáveis no Departamento de Polícia Federal - DPF, conforme estabelecido pela Lei nº 14.967/2024 e regulamentações correlatas, que tratam da segurança privada no Brasil.</i></p> <p><i>Este registro comprova que a empresa está autorizada a atuar legalmente na atividade de vigilância patrimonial armada e desarmada.</i></p> <p><input checked="" type="checkbox"/> Registro na entidade profissional competente.</p> <p><input type="checkbox"/> Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos.</p> <p>Justificativa: <i>(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso, e indicar o que o atestado deve conter ou comprovar).</i></p>

	<div> <input type="checkbox"/> Atestado de responsabilidade técnica relativos à qualificação técnico-profissional com comprovação de registro em conselho profissional competente, quando for o caso. </div> <div> Justificativa: <i>(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso, e indicar o que o atestado deve conter ou comprovar).</i> </div> <div> <input type="checkbox"/> Atestado de capacidade, relativo à qualificação técnico operacional. </div> <div> Justificativa: <i>(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso, e indicar o que o atestado deve conter ou comprovar).</i> </div> <div> <input type="checkbox"/> Outro previsto em lei especial. </div> <div> Especificar: <i>(Indicar o requisito e o seu fundamento legal).</i> </div> <div> Justificativa: <i>(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).</i> </div> <div> <input type="checkbox"/> Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação. </div>
HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	<div> <input checked="" type="checkbox"/> Sim. </div> <div> Especificar: <i>A Contratada deverá observar, no que couber, as práticas de sustentabilidade previstas em leis, decretos e resoluções de órgãos ambientais, mormente a Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do MPOG, dentre outras legislações afins, naquilo que for aplicável ao objeto da contratação, bem como o respeito a medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo objeto contratado.</i> </div> <div> <input type="checkbox"/> Não. </div>
HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	<div> <input checked="" type="checkbox"/> Sim. </div> <div> Especificar: <i>Vide documento “análise de riscos”.</i> </div> <div> <input type="checkbox"/> Não. </div>
HÁ PREVISÃO DE VISTORIA?	<div> <input type="checkbox"/> Sim. </div> <div> <input checked="" type="checkbox"/> Não. </div>
FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	
	<input type="checkbox"/> O serviço será prestado conforme emissão de ordem de serviço.

<p>COMO O SERVIÇO SERÁ PRESTADO?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> O serviço terá início imediato a partir da assinatura do contrato, contudo a prestação poderá estar sujeita à emissão de ordem de serviço pelo fiscal do contrato.</p>
<p>LOCAL E HORA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO</p>	<p>O serviço deve ser prestado na sede do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado Pará – IGEPPS, bem como nas unidades centralizadas.</p>
<p>MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO</p>	<p>DA OBRIGAÇÃO DAS PARTES:</p> <p>O CONTRATANTE tem a obrigação de:</p> <ol style="list-style-type: none"> Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste. <p>O CONTRATADO tem a obrigação de:</p> <ol style="list-style-type: none"> Cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes de sua execução. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até 25% do valor atualizado do contrato nas mesmas condições pactuadas inicialmente. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.

	<p>d. Alocar os empregados em número compatível para o cumprimento deste contrato e com a habilitação e conhecimento adequados para a execução do serviço, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para tanto, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações dos órgãos de regulação responsáveis e à legislação aplicável.</p> <p>e. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir ou refazer às suas expensas o serviço no qual se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua má execução contratual ou dos materiais empregados.</p> <p>f. Durante a vigência do contrato, não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.</p> <p>g. Quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social. 2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União. 3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO. 4. Certidão de Regularidade do FGTS. 5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas. 6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato. <p>h. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato e obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.</p> <p>i. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.</p> <p>j. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes, a qualquer tempo, o acesso ao local dos trabalhos e aos documentos relativos à execução do serviço.</p> <p>k. Por determinação do CONTRATANTE, paralisar a atividade que não esteja sendo bem executada ou que ponha em risco a segurança das pessoas ou seus bens.</p> <p>l. Durante a vigência do contrato, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas e tudo o que for necessário à execução do serviço.</p>
--	---

- m. Conduzir os trabalhos observando às normas da legislação aplicável e às determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- n. Submeter previamente e por escrito ao CONTRATANTE qualquer mudança nos métodos executivos especificados no memorial descritivo ou documento similar para sua análise e aprovação.
- o. Não permitir:
1. o trabalho de pessoa menor de 16 anos no objeto deste contrato, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; e
 1. a utilização do trabalho da pessoa menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, em qualquer hipótese.
- p. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.
- q. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.
- r. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.
- s. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133/21.
- t. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

DA FISCALIZAÇÃO:

- O cumprimento do contrato poderá ser fiscalizado pelo servidor Diego da Silva Costa, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.
- O objeto deste contrato será aferido em período oportuno, conforme prazo de pagamento, devendo ser verificados aqueles serviços prestados que estão de acordo com as especificações contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de referência, que serão os documentos utilizados como base para a aceitação por parte do fiscal.
- Cabe ao fiscal de contrato, em etapa anterior ao pagamento, a verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado, durante todo o seu período de execução. Salvo por

	<p>motivos tecnicamente justificados ou pela característica do objeto, o serviço será recebido da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Provisoriamente – no ato da entrega para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações; • Definitivamente – após a verificação da qualidade e quantidade dos materiais e consequente aceitação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a aceitação provisória. <p>- Serão rejeitados, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem as especificações técnicas ou qualidades exigidas, cabendo ao fiscal o pedido de substituição em prazo estipulado por este, a realização glosas, bem como solicitação de abertura de processo sancionatório à autoridade competente.</p> <p>- As comunicações oficiais serão realizadas exclusivamente através dos e-mails registrados no termo contratual.</p> <p>DA RESPONSABILIDADE POR DANOS:</p> <p>- A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.</p> <p>- A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.</p> <p>- O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qual-quer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.</p>
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	12 (doze) meses.
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim, nas hipóteses do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21. <input type="checkbox"/> Não.
FORMA DE PAGAMENTO	Meio Ordem bancária.
	Onde? Conta corrente da contratada no Banco do Estado do Pará.
	Qual o prazo? Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal com o comprovante de regularidade fiscal da contratada.

	<p>A regularidade fiscal pode ser provada:</p> <p>Prova da regularidade fiscal</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante; ou 2. pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
<p>QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?</p>	<p><input checked="" type="checkbox"/> 5% do valor inicial do contrato.</p> <p><input type="checkbox"/> Não há.</p> <p>Justificativa: <i>(O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).</i></p> <p>Justificativa: <i>(A não exigência de garantia deve ser justificada).</i></p>
<p>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</p>	
<p>DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO</p>	<p>Os recursos orçamentários à realização da contratação ocorrerão a conta de dotações orçamentárias a serem compromissadas pelo setor responsável em momento futuro, prévio a contratação.</p>

Cidade (PA), 16 de junho de 2026.

Glenda Leão

Técnica de Administração e Serviços – COAS

ANEXO – DOS MATERIAIS

DOS UNIFORMES:

Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, confeccionadas com tecido e material de qualidade, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário, por vigilante:

DESCRIÇÃO	PERIODICIDADE (MESES)	QUANTIDADE
Camisas de mangas longas e/ou curtas	12	3
Calças	12	3
Cinto de Nylon	12	2
Calçado (Coturno)	12	2
Meias (Pares)	12	4
Quepe com emblema	12	2
Crachá	12	2
Jaqueta	12	1
Capa de colete balístico	12	2

O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

- Fornecer no mínimo 3 (três) uniformes completos por ano e seus complementos à mão-de-obra envolvida, conforme a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho;
- 02 (dois) conjuntos completos, para cada funcionário, no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, independentemente do estado atual que se encontre os uniformes ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, estará devidamente acompanhada do original para conferência, e deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Todos os uniformes deverão possuir a logomarca da empresa.

A contratada não poderá repassar os custos de qualquer um destes itens de uniforme e equipamentos a seus empregados.

Os vigilantes deverão apresentar-se impecavelmente uniformizados num só padrão.

A distribuição dos uniformes será feita conjuntamente em dia único para a categoria, não podendo a Contratada, em hipótese alguma, substituir a entrega aos seus empregados de qualquer das peças que compõe o conjunto de uniforme por pecúnia.

É parte essencial da apresentação do empregado, além do uso de uniforme de boa qualidade, a boa postura comportamental, buscando manter suas roupas sempre limpas e bem passadas, enfim, cuidados que visam manter um bom padrão de higiene.

Fornecer os respectivos acessórios ao vigilante, em perfeito estado de funcionamento, no momento da implantação dos postos.

A Contratada deverá fornecer todo o material de consumo (caneta, lápis, borracha, régua etc.) necessário para o bom andamento dos serviços, assim como todos os livros de registros utilizados no serviço.

Substituir em até 24h (vinte e quatro horas) os equipamentos rejeitados pelo contratante ou que vierem a apresentar, durante a vigência, defeito ou vício de qualquer ordem.

DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:

Para a perfeita execução dos serviços a contratada deverá fornecer todos os materiais/acessórios necessários à execução do serviço, por posto, conforme descrição abaixo, que devem ser substituídos sempre que apresentarem defeitos ou desgastes ou não estejam em perfeitas condições de uso.

DESCRIÇÃO	DEPRECIAÇÃO (MESES)	QUANTIDADE
Revólver calibre 38 (por posto)	60	1
Munições para revólver calibre 38 (por posto)	12	12
Cofre para guarda de armamento (por posto)	60	1
Sistema de controle de ronda (Kit - por posto)	24	1
Colete balístico (individualizado por vigilante)	60	1
Arma não-letal, Tipo Taser (por posto)	60	1
Arma não letal (Spray) - Óleo vegetal 70ml (por posto)	12	1
Cassetete/Tonfa (por posto)	60	1
Porta Cassetete/Tonfa (por posto)	12	2
Coldre (por posto)	12	2
Livro de ocorrências (por posto)	12	3
Cinto de Guarnição (por posto)	12	1
Lanterna recarregável (por posto)	24	1
Capa de chuva (por posto)	12	1
Apito (individualizado por vigilante)	12	2
Cordão de apito (por vigilante)	12	2

Todos os EPI's a serem utilizados no serviço deverão estar de acordo com o disposto na NR 6 Equipamento de Proteção Individual - EPI e possuir Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho, conforme legislação em vigor;

Todo e qualquer empregado que se recuse a utilizar os EPI's nos serviços objeto deste Termo de

Referência, nas condições do item anterior, deverá ser substituído no prazo de 24h (vinte e quatro) horas, sendo considerada a sua atitude como inconveniente, imprudente e perigosa;

Os itens das Tabelas de EPI's constantes neste documento deverão ser entregues no ato da implantação dos serviços, contudo, podem ser solicitados novamente quando necessário, considerando que se tratam equipamentos de consumo, passíveis a deterioração, quebras, desgastes etc.

